

**VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política**

**ISCP-UTL, Lisboa, 1 – 3 de Março de 2012**

**Secção 7: Teoria Política**

***Painel: Cultura Política e Práticas de Cultura***

**Moderador: Prof. Doutora Cristina Montalvão Sarmento**

**Oradores:**

**Maria João Cabrita**

*Cultura política e estabilidade institucional*

**Teresa Furtado**

*O lugar do eu na cultura democrática: entre a liberdade e a sujeição*

**Carlos Vargas e Patrícia Oliveira**

*Quem domina a cultura? Leituras políticas em Portugal*

**Margarida Lages**

*O discurso do quotidiano como prática de cultura: uma leitura de Crónicas no Fio do Horizonte de Eduardo Prado Coelho*

**Resumo**

Não obstante a má fama de que a teoria política tem sido alvo, com as críticas sobre o seu carácter holístico, importa reflectir continuamente sobre os fundamentos teóricos que alicerçam as análises institucionalistas e comparativistas. Ora, tais análises têm-se manifestado na actividade científica em Portugal, fundamentadas numa tendência mundial questionável.

Por um lado, a renovada emergência de diversos campos da teoria política, acompanhada pela discussão filosófica, têm sido força motriz de equações e momentos específicos, que pretendem fundamentar determinadas organizações sociais face à imposição de uma matriz metodológica estabelecida na área da política. Por outro lado, a investigação teórica da política fundamenta-se na multiplicidade de reflexões que transcendem o pendor institucional, aclarando a relevância da legitimação pública e política, mas também da praxis social através da explicitação de valores, crenças, atitudes e do poder simbólico e criativo das sociedades contemporâneas.

As relações de poder da prática social são diluídas nos benefícios económicos da democratização cultural, já os ganhos de legitimidade política sugerem uma orientação para mercados diversos, na procura de novas e, agora, urgentes formas de sustentabilidade. O contexto contemporâneo torna evidente a necessidade de repensar quais as fronteiras e as interações de matérias políticas e daquelas tipicamente não-políticas, não deixando de considerar dimensões simbólicas e cognitivas dos comportamentos políticos.

**Título da comunicação: Cultura política e estabilidade institucional**

**Autor: Maria João Cabrita**

**Instituição a que pertence e posição que nela ocupa**

Observatório Político – Investigador Associado

Investigadora de Pós-Doutoramento do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM)

**Nota biográfica**

Doutorada em História das Ideias Políticas pela FCSH/UNL, com a dissertação *O Liberalismo, a Justiça Social e o Papel do Estado: as Propostas de John Rawls e Robert Nozick* (2007). É investigadora do CEHUM – onde, como bolseira de investigação da FCT (SFRH/BPD/44993/2008), desenvolve um projecto de pós-doutoramento em filosofia política, subordinado ao tema *Justiça Global e Direitos Humanos*, sob a orientação do Professor Doutor João Cardoso Rosas – e colaboradora do Seminário Livre de História das Ideias da FCSH/UNL e do Observatório Político. É conferencista do departamento de Estudos Políticos da FCSH/UNL, na especialidade de história das ideias políticas. Entre as suas publicações destacam-se: “The Designs of the International Global Democracy in Rawlsian Realistic Utopia”, 2010. Available at: <http://www.democraticproject.com/collaborators.html>; e “Justiça Global: o influxo rawlsiano e a demarcação da Lei dos Povos”, in *Diacrítica* 24 (2), 2010, pp. 323-340. Available at: [http://ceh.ilch.uminho.pt/Diacritica%2024-2\\_Filosofia.pdf](http://ceh.ilch.uminho.pt/Diacritica%2024-2_Filosofia.pdf)

**Resumo da comunicação**

Ao longo da minha comunicação pretendo mostrar a relação estreita entre a cultura política e a estabilidade institucional de uma sociedade democrática. Sob este intuito, e na esteira do liberalismo político rawlsiano, sustento que a estabilidade de uma sociedade democrática decorre do modo como os seus cidadãos aceitam, respeitam e incrementam nas gerações futuras os princípios de justiça política que regem a sua estrutura básica – princípios que garantem o justo valor das liberdades políticas e civis, a igualdade equitativa de oportunidade e a redistribuição do rendimento e da riqueza em prol dos mais desfavorecidos – e que exigem o respeito por uma pluralidade de concepções de “vida boa”; mas, contra a noção de sociedade fechada inerente àquela concepção política, procurarei mostrar que a manutenção da estabilidade social depende tanto, ou senão mais, de factores internacionais quanto de factores domésticos. Neste sentido, argumento que num mundo de fluxos e da crescente consciencialização das múltiplas formas de filiação – local, nacional e global – a manutenção da estabilidade institucional de qualquer democracia constitucional depende essencialmente da sua capacidade para se reinventar na estrita malha do todo, da própria solidez da estrutura básica global.

**Título da comunicação: O lugar do *eu* na cultura democrática: entre liberdade e sujeição**

**Autor: Teresa Furtado**

**Instituição a que pertence e posição que nela ocupa**

Observatório Político – Sócio efectiva estudante

Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Ciência Política (FCSH-UNL)

**Nota biográfica**

Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Ciência Política – pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH-UNL). Em 2010 participou como representante da Sociedade Civil Angolana na “Cimeira Ideal dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. As suas principais áreas de interesse são a filosofia política e as teorias do Estado, em particular nas abordagens à biopolítica e ao Estado-excepção.

**Resumo da comunicação**

A modernidade como marco histórico na vida dos Homens, de reconstrução de metabolismos de sociabilização, de individualização e de novos mecanismos políticos de submissão, remete-nos para o abandono de um conhecimento populacional superficial e nominal, próprio do Antigo Regime. O século XVIII marca historicamente a inserção do *eu* em redes progressivamente mais amplas e imperceptíveis de alienação do cidadão. Desde então, devido à transmutação da natureza do poder político, este tende a caracterizar-se por um carácter inclusivo e pela noção de *produtividade da vida*, colocando a tónica no sujeito societal e fazendo deste o objecto primário do poder. A questão que aqui se coloca prende-se com o modo como os Regimes Democráticos se readaptaram, no pós-nazismo (verdadeiro apogeu do biopoder), ao inerente receio populacional do controlo estatal sob a vida, de que forma inserem o cidadão no panorama biopolítico a partir do sintagma “liberdade/ segurança” impregnando na sociedade mecanismos biométricos que tornam cada vez mais ténue o limiar entre público e privado, entre autonomia individual e sujeição estatal.

**Título da comunicação: Quem domina a cultura? Leituras políticas em Portugal**

**Autor: Carlos Vargas**

**Instituição a que pertence e posição que nela ocupa**

Observatório Político – Investigador Associado

Investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC / FCSH-UNL)

**Nota biográfica**

Doutorando em Ciência Política – Área de Especialização em Políticas Públicas – na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Assistente convidado na FCSH-UNL; Investigador do IHC da FCSH-UNL; Membro fundador do Observatório Político. Administrador do Opart, EPE (1997-2004); Administrador do Instituto Português do Bailado e da Dança (1996-1997).

**Co-autor: Patrícia Oliveira**

**Instituição a que pertence e posição que nela ocupa**

Observatório Político – Investigador Associado

Doutoranda em Ciência Política – Área de Especialização em Teoria e Análise Política (FCSH-UNL)

**Nota biográfica**

Doutoranda em Ciência Política – Área de Especialização em Teoria e Análise Política – na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH-UNL) tendo frequentado o Institut d'Études Politiques de Paris no âmbito do Programa Erasmus. Bolseira de Iniciação à Investigação pela FCT, entre 2009 e 2010. Encontra-se a aguardar pela defesa de dissertação de mestrado, intitulada *Política e Arte: Desvios, leituras e emergências*.

**Resumo da comunicação**

A mudança abrupta de referenciais de democratização cultural e de modernização para um omnipresente referencial de mercado – em que grande parte dos projectos e seus valores adjacentes só são válidos em função de uma comprovada sustentabilidade – estabelece o momento de crise, obrigando a repensar na totalidade a intervenção e organização no campo cultural.

Passadas três décadas desde o 25 de Abril de 1974, Portugal enfrenta uma violenta crise económica e financeira que parece testar os mecanismos do regime democrático, entretanto consolidado. Neste contexto, o papel dos partidos políticos revela-se fundamental e naturalmente dependente da sua própria estabilidade e posição face ao modo como *deve ser* entendida, suportada e governada a cultura.

A discussão pública sobre práticas culturais e sobre o domínio formal do Estado sobre o sector tem sido, ela própria, dominada por uma elite que discute os fenómenos como possibilidade de mobilidade social e, ao mesmo tempo, como meio para a convocação de



um ideário que pode oscilar entre o apelo a utopias redentoras ou a pragmatismos conservadores. Assim, a cultura é uma variável sensível, configurando-se como última fronteira para o lugar de novas experiências e criações. No limite, a cultura ocupa o plano evidente de relações de poder, envolvendo a actividade de negociação permanente da democracia.

**Título da comunicação: O discurso do quotidiano como prática de cultura: uma leitura de *Crónicas no Fio do Horizonte* de Eduardo Prado Coelho**

**Autor:** Margarida Lages

**Instituição a que pertence e posição que nela ocupa**

Observatório Político – Sócio efectiva estudante

Investigadora do Centro de Estudos sobre o Imaginário (FCSH-UNL)

**Nota biográfica**

Doutoranda em Estudos Portugueses – especialidade Estudos de Cultura – na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); pós-graduada em Gestão das Artes, pelo Instituto de Estudos Europeus (Macau); licenciada em História pela FCSH/ UNL. Professora convidada do Mestrado de Práticas Culturais para Municípios (Seminário de Gestão Documental) no Departamento de História da FCSH- UNL. Responsável pelo arquivo do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Responsável pela edição da obra de Eduardo Prado Coelho, na Imprensa Nacional / Casa da Moeda. Desempenhou funções no Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, na Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, no comissariado para a Europália 91-Portugal (com Eduardo Prado Coelho) e na sociedade Lisboa 94 (Lisboa Capital Europeia da Cultura). Integrou a equipa, dirigida por Eduardo Prado Coelho, que coordenou a presença de Portugal no Salão do Livro de Paris em 2000.

**Resumo da comunicação**

A identificação de crónicas do quotidiano como uma prática de cultura, inicia-se pela leitura do título em que *horizonte*, na sua acepção husserliana, previne o leitor de que aquilo que vê, embora não existindo na realidade, parece multiplicar-se constantemente. Ele pode ser desdobrado em dois planos que se sobrepõem, o horizonte do texto - daquele que o escreveu - e o de quem interpreta, lê. A questão do compreender liga-se com a do conhecer, fazendo que a realidade seja vista de forma radicalmente diferente. E o autor previne o leitor de que, mesmo num devir contínuo, o seu fio, poderá ser entendido como guia, tornando-se interminável e percepcionando-se como algo de transcendente. O sentido husserliano do título volta a revelar-se, desenhando-se numa espécie de linha contínua indiciada pela palavra “fio” e um limite aparente, pela pertença a esse “horizonte” imaginário, cujas possibilidades de leitura, inesgotáveis, serão determinadas pela natureza do objecto e do assunto. Eduardo Prado Coelho privilegiou o texto literário e o jornalístico, como forma de expressar o seu pensamento, assumindo um compromisso com o mundo e a comunidade. O gesto do quotidiano é a metáfora de um discurso de poder, a partir do qual desenha a sua intervenção política e cultural.